



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 38/2025

(Plenária Presencial)

Aos cincodias do mês de novembro de dois mil e vinte cinco, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre/RS, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e o vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio);

Eduarda RoosEnes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga;

Francyne da Rosa, CEMME;

Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo;

Luciula Abreu, Fundação O Pão dos Pobres;

Natália Cristina de Souza Pires, Associação Cristã de Moços do RS – ACM;

Natália Laurindo, AHMI;

Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel;

Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança;

Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários;

Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre.

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV;

Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH;

Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS;

Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS;

Sônia Rejane dos Santos Vieira e Deise Nunes, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF.**

DEMAIS PRESENTES:

Airton Ferronato, **Secretário Adjunto da SMIDH;**

Gustavo Dal Ponte, **Coordenador FUMID;**

Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia;**

Viviane Anchieta, **Administrativo SMIDH.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA;

1.1 RETORNOS:

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Bom dia. Eu tenho que sair daqui a pouco. Eu tenho reunião às 2:30. Então, por isso que eu tinha pedido para a gente iniciar antes, mas aí, se a gente não conseguir concluir, o Paulinho conclui. A primeira questão é o retorno da reunião de ontem. Estava a secretaria, SMED, SMAS, Fazenda, o Fórum e o CMDCA. A reunião foi para falar sobre o valor do aporte da assistência. Essa reunião, de início, a Secretária Ana Pellini fez a introdução da questão das interpretações dos pareceres, tanto da Fazenda, da SMIDH, da SMAS e tudo mais, e aí que trancou o processo, e agora preciso da ajuda de vocês. Foi essa a minha fala. E aí, então, eles trouxeram que, por um apontamento do Tribunal de Contas, neste ano e no ano que vem, estaria impedido qualquer forma de descentralização. O que é a descentralização? A descentralização é pegar o recurso do FUNCRIANÇA e colocar para a SMAS ou da SMIDH para qualquer outra secretaria, porque tem um apontamento lá, que a gente não entrou no teor do apontamento, mas tem um apontamento. Tudo bem, sem problema. Mas, aí, o que é a questão, então? Sendo que não pode, então, agora, a descentralização, que não vai ser possível neste momento, foi visto uma forma... A PGM estava lá também, que é importante dizer. Foi visto, então, uma possibilidade de fazermos um termo aditivo às parcerias na SMAS, colocando junto a SMIDH/FUNCRIANÇA. Isso foi falado pela Viviane, pelo Alexandre e pela Jeniffer, que

depois chegou lá, e a Secretária Ana Pellini, junto com a PGM, e depois a gente fez mais umas três reuniões depois daquela reunião. Então, assim, o que fica? A gente fazendo uma alteração na resolução, eu estou falando dos 6 milhões, tá, gente? A gente fazendo uma alteração na resolução, tirando o termo de descentralização da resolução, aí a gente consegue fazer o repasse para o repasse, não é repasse, né? Mas aí vai ser pago com o recurso do FUNCRIANÇA para as instituições de forma direta. Como se fosse a parceria da instituição com duas secretarias e não com uma secretaria. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Não passa para a SMAS o dinheiro, vai direto para as entidades? [Falas concomitantes]. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Calma, vamos lá. Descentralização é um recurso de uma secretaria e essa secretaria, dona do recurso, vai passar para outra secretaria. Isso é a descentralização dentro do decreto. O que vocês, então, estão propondo, que foi conversado ontem, é, vão trazer a SMIDH para dentro do termo vigente? Então, ela passa a ser incluída, é isso? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Isso. É feito um aditivo incluindo a SMIDH/FUNCRIANÇA, pontualmente, com repasse único para fazer este aporte que a gente quer fazer. E aí, depois a gente só combinou de que essa parte legal daí vai ser feita a fala com a parte técnica daqui, com a parte técnica da SMAS. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** A Jeniffer estava lá, entendeu? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Estava. Acho que sim. Mas, assim, também trouxe lá de que a reunião foi feita entre secretários, presidentes, e aí na hora de execução, que é a ponta realmente que executa, não foi comunicado ou foi feito de uma forma sem compreender o que tinha sido combinado. E a mesma coisa, corremos o risco agora, né? Por isso que eu disse assim, a gente precisa dessas secretarias aqui ou dessas pessoas aqui para a gente poder fazer uma coisa só. E aí que a gente chamou apressadamente, mas a gente chamou a Jeniffer. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas quem vai fazer os termos, de toda forma, não é aqui? O termo vai ser feito lá na SMAS. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Assim, ontem chegou para nós um pedido às 2 e pouco e vinha a Jeniffer, eu fui lá, consegui falar com ela. Ela me trouxe de manhã que seria tudo por nós. Falei que não tem o menor cabimento. O que tem que fazer? Se é um termo aditivo, a SMIDH fica responsável por descentralizar o dinheiro, repassar o dinheiro, e a responsabilidade fica com a SMAS. O termo de trabalho, tudo fica lá, não tem

nem como. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não, tudo ficaria lá. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** É, a Jeniffer entendeu isso. Hoje de manhã eu falei com ela de novo. Eu falei para a Jeniffer, eu falei: “Não é com a gente, o termo aditivo, meu amor, ele é feito, a gente passa e descentraliza”. Só que assim, a gente até vai fazer o quê? A gente vai fazer o repasse em carteira, vou pegar o dinheiro, vou dar lá para a SMAS, a SMAS vai ficar responsável. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas não vai ser mais descentralização. O que a gente combinou? Já está no processo uma planilha lá, por exemplo, com a Topogigio. Quantas metas tem? Quarenta. Quanto é o valor da meta? R\$ 360,00, digamos. Então, ela vai ganhar R\$ 53,59 de aumento, 40 vezes 53. Então, é isso. Essa planilha que viria para a Jeniffer fazer o cálculo e serem pagas as instituições. Vai ser pago daqui para a instituição e não daqui para a SMAS. Se fosse para a SMAS seria descentralização, o que não é. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Se a gente descentraliza direto para a OSC, aí a Jeniffer fica responsável. Aí, no termo aditivo tem que ser que a SMIDH vai ser uma mera repassadora, entendeu? Porque a fiscalização recai sobre quem? Sobre a SMIDH. No termo aditivo tem que estar. Já não é o que foi repassado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A Doutora Cristiane Catarina disse que ainda esta semana procuraria para poder sentar e fazer a minuta do termo e também a minuta do plano de trabalho, porque também uma questão que foi dada, são 20 dias para tudo. Então, se são 20 dias para pagar, então as instituições tem que fazer um plano de trabalho. Então, tem que ser feito o plano de trabalho ou tem que ser feito um AF1. Tem que ver isso aí também. Mas o que coube para nós, né? Melhor, porque essa parte mais burocrática de serviço, aí é que nem eu digo, é de secretarias. O que cabe para nós é a gente combinar... Mincarone, para variar. [Risos]. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Só uma pergunta, Carol, porque o problema até a semana passada era a questão do retroativo. Aí agora o problema é a descentralização. Qual que é o problema, gente? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Está resolvendo. A gente já resolveu. Assim, vamos por parte que nem Jack. A palavra “retroativo” a gente não bota. A gente coloca “a contar de 01/01/2025”. Não é retroativo. Como não é descentralização, também não é, pode. Como não é descentralização, pode, porque foi isso que eu também disse para os secretários lá. Então, toda a vida a gente

224 fez a mesma combinação com vocês, a gente recebia em abril, recebe lá em setembro,
 225 retroativo a abril. Ah, não, mas isso não é descentralização. Ah, ok, então pode. Então, está a
 226 contar de. Então, isso já está sanado. O que a gente precisa? É a questão de a gente poder
 227 dividir o valor entre despesa de capital e despesas correntes. Porque a gente tem que tentar
 228 organizar para as instituições um valor que elas já possam se organizar enquanto ao plano. Se
 229 a gente fizesse só despesas de correntes, digamos, em que é ligado à manutenção e
 230 funcionamento das atividades, incluindo serviços de terceiros, materiais de consumo e demais
 231 insumos operacionais, eu acho que é pouco. Aí não poderia comprar, por exemplo, um ar
 232 condicionado para as salas. Ou a gente coloca somente despesas de capitais, que é
 233 praticamente material permanente. Aí também, se eu quiser comprar alguma coisa como ou
 234 contratar um serviço de terceiros, eu não posso. Não pode porque sai daqui casado. Sai x de
 235 corrente, x de capital. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda –**
 236 **SMF:** Por que tu não deixa, então, que fica a cargo de cada OSC na resolução? Não pode
 237 utilização, seja na despesa corrente ou capital, cada um vai escolher. **Carolina Aguirre da**
 238 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 239 **Presidente:** Aí entra de novo a rapidez. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**
 240 **Municipal da Fazenda – SMF:** Mas se a minha não precisa, Carol? **Patrícia Lane Araújo**
 241 **Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Qual a base, né? Tem que ver qual é a base.
 242 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Quem tem que
 243 saber sou eu, OSC, se eu vou usar material A ou material B. Sou eu. Eu não posso dizer. Se eu
 244 botar 50/50, 30/70, 60/40, eu estou te engessando, tu não consegue e depois tu não faz. É bem
 245 isso. Cada um tem que saber do seu. Eu vou te repassar R\$ 1.000, ponto final. Dos R\$ 1.000,
 246 tu pode gastar em despesa de capital e despesa. A quantidade, se é 30/70, 60/40, 50/50, fica a
 247 cargo da OSC. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
 248 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Gustavo, pode ser repassado daqui assim?
 249 **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Não faz diferença. É como o edital que nós
 250 lançamos do COMUI, 70% vai ser despesas correntes e 30% capital, por exemplo.
 251 Logicamente, vai apresentar o plano de trabalho, não vai poder fugir muito daquilo. **Sônia**
 252 **Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Sim, se não botar ali
 253 é livre. É livre. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
 254 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, a gente podia colocar, por
 255 exemplo, assim, só ler para vocês aqui. O conselho, nas atribuições, aprova a alteração da

resolução 40, no ponto 1, que fala de 2025. O ponto 2 fica lá. A ser destinado em aporte às
 parcerias em andamentos com a SMAS para os serviços de convivência de 3 a 6, de 6 a 14
 anos, e Pró-jovem, observando as condições e proporções abaixo descritas. O montante
 correspondente ao atendimento de crianças, aí repete o nome dos serviços, com exceção do
 serviço de convivência compartilhado e com o serviço de habilitação e reabilitação, que é
 outro per capita completamente diferente. Resultando num valor médio de R\$ 53,59 por per
 capita, a contar de 1º de janeiro de 2025, em observância às diretrizes e aplicação dos recursos
 e distribuição de acordo com a Portaria 448. Nem preciso botar ali a 448. Né? Que daí eu não
 falo que é isso ou aquilo. Só até janeiro de 2025, então. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**
Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: Eu volto a dizer, eu estou do lado de cá, quem
 executa são vocês. Se colocar muito engessado, tu vai engessar e eu não vou utilizar o valor e
 podem ser penalizados. Essa é a minha visão de quem está do lado de cá. Eu enxergo e daí eu
 enxergo que tem que ser uma resolução que simplesmente diga, modifica ou retifica a portaria
 número tal, onde constava retroativo, leia-se a partir de 1º de janeiro de 2025. Só! Tchau!
 Quem quiser fazer, terá, vai apresentar seu plano. E isso vai para dentro. A modalidade, as
 necessidades. Se eu quero usar só porque eu preciso só para manutenção, eu vou ter décimo,
 eu vou ter folha, conta aí, cada um vai usar, vai executar o seu termo. A gente não avalia
 plano. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: A questão também do valor per capita, nós
 estamos só fechando para ver se é R\$ 53,59 mesmo ou não. Mas aí não entrariam os serviços
 de compartilhado, serviços de convivência compartilhado, e não entraria o habilitação e
 reabilitação, que também é outro per capita. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**
Municipal da Fazenda – SMF: Sim, mas aí isso, isso não precisa constar o valor exato, eu
 acho que só o valor vai ser, sei lá. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Porque eles
 me falaram que sim. A gente consta o total das crianças, em que daí a gente tem medo de errar
 uma criança e trancar a resolução, ou a gente consta os serviços e aí eles, conforme a planilha
 que está no processo, eles já fazem. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal**
da Fazenda – SMF: Tudo bem, então eles têm R\$ 6 milhões para eles dividirem ou tu vai
 dizer que o valor da meta passa a ser 600 reais, pronto. Daí, da diferença, eles vão calcular. Eu
 colocaria uma resolução somente retificando. Onde constou a palavra tal, conste data tal.
 Porque senão vocês podem voltar, me desculpe, mas senão volta a estaca zero. Porque se a

gente colocar muito, não, mas eu quero capital, eu quero não sei o quê. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Mas eu já tirei o capital. Mas eu estou só colocando agora da questão da Resolução 40, no ponto 1, a ser destinado ao aporte às parcerias do serviço de convivência de 6 a 14 e Pró-Jovem, observando que é a contar de 01/01/2025 ou 02/01/2025. Então, eu faço uma alteração ou retificação? Retificação. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Retificação. E não engessa ninguém. Aí cada OSC vai apresentar o seu plano de trabalho e depois vai prestar conta com o plano. Ou tu podes, penso eu, daqui a pouco, fazer na retificação, enfim, dizendo que cada OSC fica a critério para as despesas de capital, como de manutenção, conforme a sua necessidade. Daí tu não bota 60. Penso. É com vocês que executam, é isso. [Falas concomitantes]. Mas nós em momento nenhum falamos em descentralização, porque isso nem é termo nosso aqui. A descentralização é um termo que está lá no nosso decreto orçamentário. Ponto, isso é para dentro. Em nenhum momento isso aqui é um termo nosso, enquanto conselho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É que aqui, na verdade, a gente falou a palavra retroativo, que daí era o problema, e aí só, na verdade. Podemos votar? Tem alguma questão mais para acrescentar ali? Podemos? Em votação, então. Quem é favorável, por favor, levantar a mão. Favorável à alteração da resolução. Ok, **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Gente, só para quem não estava no início, eu tenho reunião agora e estou saindo. Uma questão só que combinei com o pessoal da Comissão de Políticas: por favor, me amem, não me odeiem, mas combinei e estávamos conversando, ainda surgiu questões sobre o projeto do Conselho Tutelar. Então, combinamos que vamos enviar para a PGM-7, por mais que vocês tenham votado que não, mas para enviarmos para a PGM-7 porque nada como um embasamento jurídico para que eles possam nos orientar. É o papel deles. E a gente consegue também, como eu brinquei com as gurias, a gente não sai de bravo, de que não quer trabalhar, que não quer nada. A gente sai, na verdade, com um parecer nos respaldando de qualquer decisão que possamos tomar. Então, só para vocês já saberem, não vamos passar hoje na plenária para podermos enviar para análise da procuradoria. Bom, passando para o Paulinho. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Certo. Então, continuando a plenária, sem mais pautas picantes, vamos passar para as comissões. Comissão de Política.

2. **COMISSÕES:** Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças:

COMISSÃO DE POLÍTICAS:

Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre: A Comissão de Política analisou processos, realizou reunião com a OSC e agendamos reuniões também, para análise de processos e vamos fazer uma atualização na área. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Pessoal, antes da Comissão de Registro, quero saber quem leu as atas. Vamos colocar em votação as nove atas que a Patrícia colocou no grupo.

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS:

Então, alguém tem algo? Quem é favorável à aprovação das atas anteriores das plenárias, levantar o braço. Quem aprova? Alguma abstenção? Algum contra? **APROVADAS AS ATAS.** Comissão de Registro.

COMISSÃO DE REGISTROS:

Têm do **CLUBE DE MÃES JOANA D'ARC DO MORRO ALTO**, SEI 20.0.000107783-3. É para reativação do registro e do programa de educação infantil. É atendimento direto e a comissão é favorável. A outra também é reativação, a **CASA COMUNITÁRIA ESTRELA MÁGICA**, de Educação Infantil, SEI 23.0.000055988-1. Também é reativação do registro e do programa de educação infantil. Está tudo ok lá com a SMED, está funcionando. A comissão tem parecer favorável também como atendimento direto. Colocamos para a plenária em votação. Quem é favorável à aprovação? Unânime. Alguma abstenção? Algum contra? **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Então, feitas as comissões. Fica aberto agora, depois da pauta, para os informes qualificados. Quem tem algum informe de representação, reuniões? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Só dizer que a de Finanças também, nós fizemos análise de projetos, pedimos reunião com a OSC e encaminhamos despacho de ajuste de projeto. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Ótimo. Algum outro informe? **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Eu gostaria de dar um informe, dizer para vocês que temos um projeto com a FASE, a Secretaria da Saúde junto com a FASE, e desde 2020 fazemos um trabalho interno na FASE com os adolescentes que cumprem medida no sistema fechado. Desenvolvemos um projeto chamado Tamo Junto. Esse projeto desenvolveu 180 oficinas, tanto com os agentes comunitários quanto com os adolescentes que estão acolhidos, e foi desenvolvida uma

metodologia de trabalho com os adolescentes que perpassa a questão de eles estarem ou não em medida socioeducativa, mas sim para qualificar os agentes e profissionais da FASE para trabalharem a adolescência e seus temas. Elaboramos um curso de 15 horas, voltado para quem cuida dos adolescentes, para que esse trabalho seja sustentável e a equipe que trabalha lá dentro possa desenvolver outros trabalhos além das oficinas. De janeiro até julho, ofertamos esse curso EAD pela plataforma EducaPOA, especificamente para os profissionais da FASE. Agora, a partir da semana que passou, abrimos o curso para os outros profissionais de toda a rede, para fazerem pelo EducaPOA. Eu vou mandar no nosso grupo um card que tem os dois links: um para quem é vinculado à prefeitura e tem acesso direto pelo seu login e senha no EducaPOA, e outro para profissionais externos, pessoas que trabalham com adolescentes e são externas à prefeitura. Aí remete vocês a um lugar que faz uma credencial com nome, CPF, e-mail, e é disponibilizada uma senha. Como temos um leque grande de inserção de trabalho com adolescentes, penso que divulgar para os Conselhos Tutelares, para as nossas OSCs, para todos os profissionais que têm algum tipo de trabalho com adolescência. O curso tem formato de oficinas, sobre como desenvolver, como abordar. Tem um material teórico e oficinas em que os profissionais que desenvolveram ensinam como fazer e como abordar determinadas temáticas: projeto de vida, saúde mental. Está bem bacana, não é extenso. Ele está bem prático, traz bastante coisa de legislação, de direitos. Acho que vale a pena divulgar. Depois vou colocar. Terminamos o card segunda e agora vou mandar no grupo. Se puderem nos ajudar a divulgar, quanto mais gente puder fazer o curso, melhor. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Obrigado. Passar para o próximo informe, Mariana. **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Tenho. Gente, não sei se vocês sabem, acho que sim, porque é uma pauta que vem sendo bem contada, sobre a FICAI 4.0. Temos muitos processos abertos na cidade de Porto Alegre, mais de 6 mil, seja em escolas municipais ou estaduais. Estamos começando a mapear. Temos um GTM da FICAI 4.0, e esse GTM está começando a articular com as microrregiões. A importância, seria muito importante o CMDCA estar junto nesse processo também, por isso estou conversando com vocês. Assim que tiver o próximo encontro... **Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Acho que vai ser dia 6 de dezembro. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** A representação que temos é pelo Carlos Simões, que está pelo CMDCA. Tem que ver com a

Carol se ele continua nessa mesma externa ou se vai trocar. Vamos ter que, na próxima plenária, ver um ou dois representantes. **Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Nós estamos fazendo juntos esse trabalho. **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** A importância que a FICAI 4.0 veio para nós não é somente a questão de garantir o direito dessa criança, da ausência dela, mas o aumento da violência sexual, da exploração sexual infantil, a dificuldade de ter acesso às políticas públicas. A importância do CMDCA estar presente na FICAI 4.0 é grande, porque abre um leque para N oportunidades de estarmos discutindo e construindo políticas públicas em cima dessa demanda. É um dos informes que eu queria passar. Outro muito importante é que o município, acho que a Carol já contou aqui, então vou trazer a continuidade. O município está construindo uma política municipal da primeira infância. Acho que a Carol falou sobre incluir o CMDCA dentro dessa política. Vai ter uma audiência pública dia 11/12. Queríamos muito convidar o CMDCA a estar junto. Eu falei com a Carol hoje de manhã sobre a demanda e disse: "Bom, Carol, agora estamos pedindo coletivamente". Vai ser aberto para os conselheiros tutelares também estarem discutindo. Como é uma pasta que vem muito de encontro à SMIDH, fiquei de convidar vocês e o CMDCA para participarem. Por favor, vou mandar depois o convite quando sair o link, mas se preparem para o dia 11/12 para estarmos nessa audiência pública, porque a ideia é estarmos construindo esse plano, que vai ser um diferencial enorme. **Luciane Escoto, Instituto Leonardo Murialdo:** Mariana, tenho uma sugestão. Além de convidar o CMDCA, para que os conselheiros participem, seria interessante pedir para as assessorias da SMED enviarem para as escolas comunitárias de educação infantil e também para o Fórum de Coordenadores da Educação Infantil. E daí, com certeza, teremos um maior número de pessoas envolvidas. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Concluiu, Mariana? Dois informes aqui, pessoal, para encerramento. Lembrando que dia 2 de dezembro acontecem as eleições do CMDCA para os novos candidatos. São sete instituições para atendimento direto, sete da modalidade de atendimento indireto, e depois a secretaria, no início do ano, envia os seus indicados. E para a coordenação do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Então, dia 2 de dezembro vai ser na Câmara de Vereadores. Antes estava sendo na PUC as plenárias. Conseguimos voltar lá na casa do povo. Um dos informes. O outro é, já falamos aqui, eu e o Frei Luciano já falamos, sobre a Escola de Conselhos de Porto Alegre,

que é do Rio Grande do Sul. Está sendo no Brasil, acho que são cinco ou seis estados que já estão implementando a Escola de Conselhos. Aqui tivemos a abertura. Está iniciando agora em novembro as primeiras aulas, que vão ser só direcionadas para os Conselhos Tutelares, né, os dois módulos, como projeto-piloto, o módulo um e o dois, que é na UFRGS, no curso de Direito. E depois vai ser aberto para os conselheiros de direitos também, e nós e outros. Esse outro... E tem um colega que trabalha em um colégio, o Marista da Glória, o Vetorello. Estão abertas as matrículas para o EJA, para adolescentes e para jovens da região ali ou de outros, que eles dão passagens e tudo, para frequência desses adolescentes e jovens no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Esses são os meus informes. Alguém mais tem algum informe? Algum outro informe? Fale o seu informe. Alguém mais? Está dada como encerrada a plenária de hoje. Obrigado a todos e a todas.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 14h45min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.